


Cooperação internacional e construção de um modelo original de polícia em Angola

Cristina Udelsmann Rodrigues

Pesquisadora em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais no Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL. Possui vasta experiência de trabalho em Angola e em outros países africanos de língua portuguesa, bem como experiência de pesquisa multidisciplinar internacional.

 crisrodrigues70@gmail.com

Resumo

A formação de oficiais de polícia angolanos, no âmbito dos diversos programas de cooperação em curso nesta área, concorre para a construção de um modelo de polícia original angolano. O final da guerra, associado ao desenvolvimento de estruturas de formação no país, bem como à elaboração de políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento da polícia nacional, conduzem à consolidação de um modelo híbrido, fruto das múltiplas influências. Este modelo, contudo, incorpora progressivamente orientações mais democráticas. Este artigo analisa estas transformações tendo como base dados recolhidos em Angola no âmbito de uma pesquisa mais alargada sobre o contexto da cooperação internacional na área da formação de oficiais.

Palavras-Chave

Polícia Nacional de Angola. Cooperação internacional. Modelo de policiamento.

INTRODUÇÃO

A formação de oficiais de polícia angolanos, no âmbito dos diversos programas de cooperação em curso nesta área, concorre para a existência de competências diversificadas que, na sua combinação, dão forma a um modelo original angolano. A circulação de pessoas entre países e culturas diferentes, independentemente das motivações, acaba sempre por transformar os indivíduos. Os oficiais angolanos formados no exterior transportam para Angola e para a sua atividade estas influências. Contudo, ao longo dos diversos anos de cooperação para a formação, Angola absorveu um conjunto diversificado de influências por meio dos formadores externos que contratou. Nesse conjunto de interinfluências, destaca-se a transformação dos modelos de trabalho e do modelo policial em geral, que acontece no contexto da mudança da sociedade angolana.

Este artigo, para além da perspectiva global sobre a transformação dos modelos policiais ao longo dos últimos anos, analisa alguns percursos individuais relacionados com a formação superior de oficiais da polícia angolana fora do país, discutindo a integração e adaptação de modelos de trabalho. Resulta de uma investigação no âmbito do projeto multidisciplinar *Circulações de Polícias em Portugal, África Lusófona e Brasil*, levado a cabo no

Instituto de Ciências Sociais de Lisboa¹. Especificamente, e de forma integrada com os objetivos do projeto que transcorre em diversos países², pretende-se com esta análise contribuir para a discussão das teorias antropológicas da mobilidade e das migrações, focando as questões da qualificação e da “circulação de cérebros” no âmbito da cooperação entre países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento. Esta análise amplia-se às dinâmicas de transformação dos modelos policiais e do papel que esta cooperação tem no seu conjunto, nomeadamente na construção de um modelo de atuação mais próximo do cidadão e com maior atenção a questões relacionadas com direitos humanos.

A perspectiva de análise centra-se na constatação de que a formação fora de Angola e a formação em Angola feita por expatriados contribuem não só para profundas mudanças individuais dos oficiais, no que diz respeito a valores e atitudes, como também estas influências nas formas de trabalho, características de contextos sociopolíticos diversificados, integram-se à sociedade em transformação e contribuem para a produção de um modo de trabalho novo. Esta dinâmica de intercâmbios e de múltiplas colaborações e influências internacionais resulta numa certa originalidade angolana, produto

da adaptação aos contextos e à história do país, concorrendo para a construção de um novo modelo, considerado por muitos oficiais entrevistados como “verdadeiramente angolano”. Esta perspectiva corrobora a ideia de que as noções “ocidentais” de polícia possuem traduções específicas no contexto do Sul global (HILLS, 2014b), mesmo que por vezes haja o risco de esta “adaptação” não resultar na construção do Estado tampouco em desenvolvimento, como é o caso de países como a Somália (HILLS, 2014a).

A análise baseia-se em dados quantitativos e qualitativos obtidos em pesquisa documental e em pesquisa de campo envolvendo entrevistas em profundidade com policiais (24 oficiais, 22 do sexo masculino, com idade entre 30 e 60 anos), formados sobretudo em Portugal (e alguns em outros países). A amostra foi definida por conveniência, por meio da metodologia de bola de neve. Os entrevistados indicaram sucessivamente ao longo do trabalho outras pessoas que poderiam fornecer informações válidas e pertinentes³. Esta estratégia revelou ser bastante eficaz, tendo em conta o contexto angolano, um país saído de uma guerra civil duradoura e com muitos problemas de criminalidade associados sobretudo ao crescimento urbano explosivo durante os cerca de 30 anos de conflito. A referência aos entrevistados, ao longo do texto, é abreviada, de forma a permitir, por um lado, identificar o tipo de oficial entrevistado e, por outro, preservar o seu anonimato.

MOBILIDADE E FORMAÇÃO: EFEITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS

O processo de globalização dos sistemas de mobilidade iniciou-se no final dos anos 1970

(URRY, 2007), o que implicou fluxos variados, envolvendo países de diversos contextos sociais e econômicos, com classificações distintas segundo índices de desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as transferências monetárias quer de conhecimentos que ocorrem ao longo das migrações ou no regresso são quase sempre perspectivadas como um balanço positivo, em que pese a fuga de cérebros que possam representar em alguns casos. De uma “perspectiva do Sul” é possível questionar, ainda, se os efeitos das mobilidades e migrações mundiais se mostram positivos em geral, com transformações sociais e econômicas por si só nesses contextos. Isso porque, para além das remessas ou das transferências de conhecimentos, recorrentemente indica-se a necessidade de outras mudanças conjugadas nos países do Sul condizentes ao desenvolvimento, nomeadamente a reforma da propriedade fundiária, o combate à corrupção, a melhoria de transportes e comunicações, a saúde, a educação e o bem-estar (CASTELS; WISE, 2007:10).

Existe um interesse renovado entre os agentes de desenvolvimento no sentido de olhar para as migrações não só em função dos efeitos que as remessas têm como instrumentos de desenvolvimento mas também para as possibilidades de utilizar a migração de retorno como um *brain gain* (OLESEN, 2002; SKELDON, 2008), como forma privilegiada de intercâmbio de conhecimentos e como acesso e interligação a redes internacionais (PLAZA; RATHA, 2011, p. 1; RATHA et. al., 2011, p. 7). A mobilidade internacional de talento inclui as noções de *brain drain* e de circulação de cérebros (SOLIMANO

WORLD INSTITUTE FOR DEVELOPMENT ECONOMICS RESEARCH, 2008), integrando as diversas possibilidades de intercâmbio por meio da formação.

A emigração angolana gera efeitos diretos importantes nas remessas enviadas para Angola pelos membros migrantes das famílias (TINAJERO, 2009), inclusive entre os estudantes beneficiários de bolsas de estudo (FARIA, 2009). No regresso, essa emigração traz ainda para o país um conjunto de competências técnicas e profissionais, de modo a contribuir para um saldo positivo entre o investimento e o retorno de modo prático, assumindo-se em grande parte dos casos como *brain gain*. Ao entender a migração para estudo no exterior – à semelhança do que acontece com a migração por outros motivos – como um “campo de intensa reformulação de identidades e de contatos com a diferença, reforçando um sentido de identidade ‘estrangeirada’ de matiz europeu, que será reconfigurado no momento de retorno e de reingresso na sociedade angolana” (FARIA, 2009, p. 61), reconhece-se a importância da transformação individual, tanto de caráter objetivo como subjetivo, bem como os seus potenciais efeitos na sociedade. Existe um reconhecimento de que a formação no exterior produz alterações na prática laboral e também na vida familiar e social: “Até aos meus filhos transmito os valores que adquiri, de disciplina, de ambicionar uma formação” (O. B., oficial formado em Portugal, maio 2014).

A circulação de conhecimento através de atividades de formação que implicam a contratação de formadores estrangeiros – nomeada-

mente no âmbito de protocolos internacionais – é igualmente passível de gerar transformações objetivas e subjetivas nas sociedades, na medida em que, agarradas aos conhecimentos técnicos, são também disseminadas perspectivas de caráter subjetivo, relacionadas com ideologias e formas de perspectivar a economia, a sociedade, os valores, entre outros.

No segmento específico dos oficiais de polícia, a combinação de conhecimentos e competências adquiridos, quer em formação no exterior quer em formação feita por estrangeiros, produz efeitos mais amplos, particularmente em termos da construção de um modelo original de polícia. Em Angola, este integra influências de diversas experiências de atuação e formação, combina perspectivas mais democráticas e menos democráticas da sociedade e da polícia, modos de atuação e gestão diversificados, mais e menos militarizados, constituindo-se como resposta às mudanças sociais, políticas e económicas que ocorrem no país.

Reconhece-se frequentemente que as reformas e as respectivas formações, preconizadas pelos países em desenvolvimento, possuem capacidade limitada de mudar as sociedades e a forma como atuam as suas forças policiais, como é exemplo a Nigéria, que aparentemente continua a ter uma polícia brutal e corrupta, apesar das reformas e do apoio externo (HILLS, 2008). As políticas públicas não representam condição determinante para que a mudança ocorra e, no que se refere a mudanças de carácter sociocultural, os ritmos e a profundidade da mudança variam consoante os contextos.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DA FORMAÇÃO DE OFICIAIS

Logo após a independência em 1975, no contexto do início da guerra civil angolana e no quadro mais amplo da Guerra Fria da constituição dos blocos capitalista e socialista (em que se enquadrou Angola), iniciam-se os primeiros acordos de cooperação internacional visando a formação de quadros, sendo o primeiro celebrado com Cuba. Esta colaboração foi a mais duradoura, quase exclusiva até os anos 1990, quando se iniciaram outras cooperações, que coincidiram com a abertura do país ao multipartidarismo acompanhada de liberalização econômica.

Angola desenvolveu, portanto, ao longo dos anos, várias cooperações internacionais de formação policial, sobretudo como país receptor de formação. O maior contingente formado no âmbito da cooperação internacional foi formado em Cuba ou em Angola por cubanos, sobretudo a formação básica e de algumas especialidades, resultado dos acordos estratégicos e políticos de longa data. Atualmente, contudo, pode-se dizer que em termos de formação de quadros destaca-se a cooperação não só com Cuba, como também com Portugal, Espanha, Brasil, Rússia, Moçambique, Cabo Verde e Israel (SÁ, 2013). A cooperação com países como Portugal e Espanha é considerada mais especializada. Em Portugal, esta formação é especificamente orientada para as ciências policiais e para a formação de nível superior, com cinco anos de duração e equivalência a mestrado.

Como exemplo, a cooperação com Portugal iniciou-se apenas em 1997, inserida no programa bilateral baseado no Acordo Especial

de Cooperação em Matéria de Segurança Interna, assinado entre o Ministério do Interior de Angola e o Ministério da Administração Interna de Portugal (Decreto-lei 25/97, de 31 de maio de 1997). No âmbito desta cooperação, ficou estabelecida a participação de alunos angolanos nos cursos de oficiais ministrados pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), em Lisboa, que já se tinha iniciado em 1993. Desde essa data, o ISCPSI já formou 47 oficiais – licenciados e, mais recentemente, mestres. Em 2013, nove alunos angolanos frequentavam o instituto. Os alunos angolanos representam 43% do total de formandos cooperantes desde o início do curso, contudo, o número de formandos ao longo dos anos tem diminuído. Em comparação com outras formações em outros países, os oficiais referem que o curso em Portugal é mais exigente, de maior nível e reconhecimento internacional, constituindo-se como fator de distinção e de prestígio:

Não são todos que terminam [a formação] (N. C., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

O nível de exigência [em Portugal] felizmente foi elevado, o que incutiu em nós aspectos como responsabilidade e profissionalismo, o que permitiu que muitos destes estudantes tenham hoje cargos de responsabilidade (M. F., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

Enquadrado na tendência para o gradual aumento da formação feita em Angola, Portugal propôs recentemente enviar formadores para o ISCPSI, e atualmente discute-se o financiamento da mesma, já que a competição com os professores cubanos, que optam por residir em Angola, coloca a cooperação portuguesa em desvantagem.

Em suma, são vários os países em que os oficiais angolanos são formados e em diferentes áreas, para além das ciências policiais. No plano mais global, a polícia angolana participa de reuniões de chefes de polícia da CPLP (Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa), da SADC (Southern African Development Community) e da SARPCOO (Southern African Regional Police Chiefs Cooperation Organisation), cooperando também com a Interpol e com a Europol. A cooperação policial internacional angolana é gerida pela Direção Geral da Administração Interna. Angola é igualmente um país “formador” internacional bastante reconhecido na região. A Polícia Nacional de Angola (PNA) forma agentes em diversas áreas e níveis em países lusófonos – São Tomé e Príncipe, Cabo

Verde, Guiné-Bissau – e na Guiné Equatorial, Congo Brazzaville, República Democrática do Congo e Namíbia.

Continua a ser significativo o número de alunos angolanos a estudar fora do país, bem como o dos alunos que, em Angola, recebem formação ministrada por professores estrangeiros.

A cooperação com Cuba é a mais antiga e a mais contínua, por isso mesmo envolve o intercâmbio de contingentes significativos de docentes e discentes. Embora Angola tenha deixado o bloco e o modelo político socialista há vários anos, mantém a colaboração nesta área de forma intensa, como em várias outras áreas da educação, fato que será mais adian-

Tabela 1 - Número de policiais formados no âmbito de acordos de cooperação. Angola – 2014

	Alunos em Angola	Alunos no exterior
Total	4.860	432
Ministério do Interior de Cuba	4.474	184
Administração Interna de Portugal	234	10
Ministério do Interior de Espanha	152	16
Moçambique		8
Brasil		34
Cabo Verde		4
SARPCOO (vários países)		176

Fonte: DNRH/PNA, 2014b.

te discutido. O predomínio do contingente formado em Cuba e a intensidade da formação em cursos técnicos oferecidos nesse país continuam a marcar o modelo e a forma de atuação e trabalho dos policiais em Angola, daí que a integração e a transmissão de outros procedimentos, valores, modelos, encontre maiores resistências.

Apesar do distanciamento de Portugal nos anos 1980, fruto da descolonização, e de a cooperação com Cuba ter se destacado, a ‘reaproximação’ entre Angola e Portugal bem como com outros países europeus, como a Espanha, significou a possibilidade de uma reaproximação dos sistemas modernos de trabalho policial dos países ocidentais. O fato de alguns oficiais terem feito formação em Portugal permite, por exemplo, que acessem os cursos de mestrado portugueses, em áreas jurídicas e criminais, o que de outra forma seriam muito difícil com os diplomas obtidos em Angola ou mesmo em Cuba.

Apesar de ser mais elevado o peso de Cuba no total da formação no exterior ou daquela feita em Angola por estrangeiros, na formação superior os cursos em Cuba são considerados comparativamente menos exigentes:

Por exemplo, uma tese de mestrado [em Cuba] tem 40 páginas e é muito mais fácil do que fazer uma tese em Portugal (A. S., oficial formada em Portugal, abril de 2014).

Estou a fazer um mestrado em Cuba; vem cá um professor cubano e orienta as teses. Fazemos o mestrado à distância. Depois iremos fazer a defesa. Podemos escrever as teses em português. Mas não é a mesma coisa porque não é presencial (N. C., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

CONSTRUÇÃO DO MODELO ANGOLANO: INFLUÊNCIAS DIVERSAS E AUTONOMIZAÇÃO

Transformações da polícia em Angola

A constituição de um corpo policial em Angola data do período colonial, podendo ser considerado como ano da sua formação 1837, quando foi criada a Companhia de Segurança Pública pelo então Governador-geral Manuel Bernardes Vidal (SÁ, 2013). O Corpo de Polícia de Luanda foi constituído 50 anos mais tarde, e evoluiu depois para uma Companhia de Polícia de Luanda. Em 1923 foi ainda criado um Corpo de Polícia da Província de Angola, subordinado ao Governador-geral, que foi logo substituído em 1929 pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública de Angola (PSPA) – à semelhança da Polícia de Segurança Pública da metrópole –, que se localizava em Luanda e em cada um dos distritos. Desde essa altura, autonomizaram-se as seções de Polícia Fiscal, de Investigação Criminal (PIC) e de Identificação Criminal. A partir de 1961 seguiram-se outras reorganizações internas, sobretudo devido à situação política que começava a alterar-se no país. O número de efetivos da Polícia de Segurança Pública (PSP) aumentou e foi criada a Polícia Judiciária (extinguindo-se a PIC), reforçando-se a PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a polícia do regime fascista português – e o exército.

Depois da independência em 1975, o Governo de Transição determinou que a PSPA se passasse a designar Corpo de Polícia de Angola, marcando a mudança política e social do país. Elementos e chefias dos diversos movimentos de libertação integraram o Corpo de Polícia de Angola. Contudo, com o aumento dos confron-

tos entre estes, que conduziram à guerra civil, a polícia passou a ser reorganizada exclusivamente pelo Comandante Santana André Pitra Petroff. Em 1976, e no contexto das reformas políticas de orientação socialista, a polícia passou a designar-se Corpo de Polícia Popular de Angola e a Escola Prática de Polícia tornou-se a Escola de Polícia Mártires de Kapolo. Na época, a polícia dependia do Ministério da Defesa, mas logo em 1978 foram transferidos para a recém-criada Secretaria de Estado da Ordem Interna o Corpo de Polícia, a Polícia Judiciária, a Inspeção dos Serviços Prisionais, a Viação e Trânsito, entre outros. Isto fez com que se extinguisse o Corpo de Polícia Popular de Angola e fosse criada uma Direção Nacional da Polícia Popular, logo no ano seguinte, enquadrada ainda numa nova reorganização geral que transformava a Secretaria de Estado em Ministério do Interior, ministério que perdura até hoje. Em 1986 e sob a direção de Fernando da Piedade Dias dos Santos, foi aprovado novo regulamento para a polícia, deixando de existir a designação de Diretor Nacional, que foi substituída pela de Comandante-geral. A Polícia de Investigação Criminal, a de Inspeção e Investigação das Atividades Económicas e a Polícia de Instrução Processual foram integradas, datando portanto desse ano o conceito de Polícia Integral.

Em 1991, antes das primeiras eleições, a polícia angolana adquiriu a designação que mantém até hoje, Polícia Nacional de Angola. Estas alterações, ao longo dos últimos anos, ilustram as transformações por que passou a instituição: “O CPA [Corpo de Polícia de Angola] passou a CPPA [Corpo da Polícia Popular de Angola] e depois, em 1992, a PNA [Polícia Nacional de Angola]. Foi muita mudança” (A. J., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

Depois do final da guerra civil, em 2002, a PNA passou a orientar-se por um Plano de Modernização e Desenvolvimento, que inclui uma forte e prioritária componente de formação de quadros. Destaca-se, neste esforço, a criação do Instituto Médio de Ciências Policiais, que posteriormente passou a Instituto Superior de Polícia Osvaldo de Jesus Serra Van-Dúnem, e mais tarde do Instituto Médio de Ciências Policiais Santana André Pitra Petroff, em Benguela. A Polícia Nacional é chefiada por um Comandante-geral com estatuto equiparado a Vice-ministro, dependendo do Ministro do Interior, e abrange um Comando-geral e Comandos Provinciais⁴. Mantém-se, portanto, o modelo integral e a chefia máxima única que acumula um grande poder no âmbito policial, representando a originalidade e hibridez do modelo angolano, resultado das diversas reconfigurações ao longo da história recente.

Da guerra à paz, de militar a menos militar

As funções policiais e os modos de atuação, durante a guerra, eram, como seria de esperar e como acontece nesses contextos, altamente militarizados.

A polícia, em tempo de guerra, era obrigada a agir como militar. Ajudamos muito o país nessa altura. (A. M. M., oficial, maio de 2014).

Naquela altura tínhamos armas pesadas. (J. F., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

Em Malange, em 1992, devido à ‘desestruturação’ do exército, éramos nós que estávamos a defender a província. E sem experiência, tivemos que regressar a Luanda. (F. B., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

Com o final da guerra, Angola assinalou o início de grandes mudanças em vários aspectos, incluindo no âmbito da função e atuação policial. Angola atravessou várias fases de reestruturação durante e após o final da guerra que implicaram transformações profundas em termos da composição dos efetivos policiais, tendo sido feita a integração de desmobilizados tanto nas forças oficiais como na segurança privada. Também foram transferidos efetivos entre as forças militares e as forças policiais. Desde essa altura, a sociedade engajou-se igualmente num processo de desarmamento da população civil, do qual participaram ativamente as forças policiais. Por todo o continente, de maneira geral, registrou-se desde os anos 1990 um esforço por parte dos doadores para a reconstrução radical das polícias e dos sistemas de segurança, muito embora estes continuassem a ser vistos mais como defensores dos regimes políticos do que da população (BAYLEY, 2005). Angola participou de vários programas nacionais e internacionais de reforma das forças de segurança e militares, sobretudo depois do final da guerra em 2002.

Embora se mantenha uma imagem da polícia associada à guerra e à precariedade decorrente da forma como se encontrava estruturada a instituição, há indicações de que aos poucos essa condição está se alterando.

A maior parte dos efetivos atuais é proveniente das forças militares, temos por isso uma característica militar, essa é a nossa imagem junto da sociedade. Hoje, nota-se já a diferença [nos] polícias que não provêm das forças armadas (A. S. S., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

Já não se trata de uma polícia com funções

militares (M. F., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

No início dos anos 1990, os currículos da formação policial estavam 80% virados para o confronto, para 'os tiros e cambalhotas'. Com a paz, reestruturou-se tudo (L. C., oficial, abril de 2014).

Tratando-se de um processo de transformação, a polícia angolana na atualidade incorpora elementos e características de modelos e formas de atuação originárias do período de guerra e novas características, sobretudo fruto dos diversos intercâmbios internacionais, concretizados por meio da formação.

Modelo integral misto

Tendo em conta a transformação do país e as particularidades do modelo social, político e institucional, a necessidade de elaborar um modelo de polícia adaptado às realidades locais tornou-se crescentemente evidente desde a independência do país até hoje. A necessidade de possuir um efetivo policial que consiga lidar com a diversidade social e com as variadas reconfigurações sociais, econômicas e políticas não constitui uma particularidade angolana (HILLS, 2012). Embora Angola possua um modelo de polícia único no mundo, com várias influências que se combinam, a tendência para o alinhamento dos modelos policiais no plano mundial não deixa de se fazer notar.

O nosso modelo de polícia, integrado, é único no mundo e é bastante referido como sendo funcional e bem coordenado; vários países pensam em seguir um modelo integrado. (O. B., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

A grande vantagem de Angola [formação

policial] é que fomos buscar Espanha, Cuba, Israel, Brasil e Portugal. Temos um leque alargado, vamos beber um pouco de cada um e adaptamos à nossa realidade. (A. J., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

O modelo policial angolano hoje é híbrido: por um lado militarizado, como o brasileiro, cubano e israelita; por outro, [com] influência portuguesa. O maior ou menor pendor depende da linha seguida pela chefia, da sua formação. (A. M. M., oficial, maio de 2014).

O modelo policial tem sido alterado, embora não de forma explícita e em função de uma orientação política específica. Resulta antes da combinação sucessiva, cumulativa ou alternada de procedimentos e modos de trabalho inspirados nas diversas cooperações e, sobretudo, em orientações de política nacional. Em alguns setores, esta aparente indefinição é perspectivada com apreensão, e muitos oficiais consideram que deve primeiramente ser clarificada qual a linha que segue a cooperação e a orientação policial de Angola, que neste momento se encontra algo difusa, devido às diversas cooperações e influências. O fato de a formação policial estar alinhada à constituição e ao quadro legal dos países faz com que se registem alterações e mudanças importantes em Angola nos últimos anos.

A Polícia Nacional de Angola também tem se transformado em termos de estruturas de integração orientadas para os problemas sociais mais amplos. Como exemplo, o Centro Polivalente Nzaji acolhe atualmente cerca de 400 alunos, órfãos filhos de policiais, providenciando escolarização a todos os níveis. A Rede Mulher Polícia em Angola dedica-se

especificamente ao trabalho relacionado com violência contra as mulheres e advocacia para o aumento da percentagem de mulheres em cargos de decisão. As policiais dessa rede participam desde 2010 de cursos organizados pela SADC. Apesar das variadas mudanças socio-políticas, estruturais e funcionais, a tendência atual é de adoção de um modelo de policiamento mais moderno, baseado em valores de democracia, direitos humanos, proximidade com o cidadão.

Nós seguimos em geral o modelo francófono, o português; há outros países que já evoluíram, como é o caso dos que seguem o modelo anglo-saxônico. Mas nós paramos no tempo, só reagimos; mas o cidadão precisa que a polícia vá ter com ele, para prevenir (J. F., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

Outros efeitos práticos e institucionais reconhecidos da formação no exterior de alguns dos quadros prendem-se ao aumento global do investimento na formação, com a melhoria de serviços, por exemplo, a criação de uma divisão administrativa; ou com a criação de serviços especializados, como a brigada de segurança escolar. Uma das grandes transformações diz respeito ainda à formação, que passou a se orientar para o policiamento de proximidade.

Estamos atualmente a trabalhar a 'proximidade'. É um processo que exige não só da polícia mas também a coordenação com outras instituições públicas e privadas, que estes parceiros também trabalhem na área da segurança, para que a população possa sentir que pode melhorar a própria polícia e a segurança (A. S. S., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

Com a independência do país, Angola adotou substancialmente modelos menos permissivos, mais autoritários e militarizados, fruto da evolução sociopolítica nacional e internacional: “A polícia angolana seguiu a PSP, de Portugal, depois de 1975. Mais tarde é que começaram a estudar em países socialistas” (F. B., oficial formado em Portugal, maio de 2014). Daí que a polícia se tenha tornado caracteristicamente militarizada e sustentada em orientações para a intervenção, o que durou até o início dos anos 2000, quando a guerra terminou: “Formamos muita gente na região, inclusive em intervenção, somos especialistas. Temos que passar a ser vistos mais como polícia de prevenção” (J. E., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

Pensa-se atualmente muito mais em formas de envolver a comunidade na sua própria segurança, no âmbito do policiamento de proximidade, o que implica identificar as instâncias e os mecanismos possíveis e relevantes, “os líderes das comunidades” (O. Bernardo, maio de 2014).

Do ponto de vista prático não temos ainda policiamento de proximidade, policiamento comunitário; há apenas uma intenção. Ainda não foi adotado como estratégia, é ainda um modelo tradicional com grande ênfase reativa (M. Fernandes, maio de 2014).

Atualmente estão a ser feitas muitas alterações aos regulamentos da polícia; com a paz estamos a reformar o modo de trabalho e de atuação da polícia; estamos a tentar uma maior aproximação à população. Antes os polícias comportavam-se de outra forma, por causa da guerra. Estamos nessa fase de mudança, dar ‘outra cara’ à polícia (A. F. dos Santos, maio de 2014).

As referências a uma tendência para o isomorfismo dos modelos policiais no plano mundial aplicam-se, pois, ao contexto angolano atual, pese embora a sua originalidade decorrente da história recente.

A carreira policial de oficiais em Angola integra três níveis, sendo o cargo mais alto o de Comissário-geral⁵.

O modelo hierárquico angolano é original, i.e., não é igual ao português nem ao cubano, os principais países cooperantes nesta área, tendo-se constituído de forma articulada. Por exemplo, em países como Portugal, o salário pode resultar de uma combinação entre posto e anos de serviços, enquanto em Angola o posto é determinante, inclusive para aceder a outras regalias como carros, casas de função, funcionários domésticos (motoristas, de limpeza, etc.). Contudo, no plano mundial, regista-se certa “tendência para a uniformização dos postos na carreira policial” (R. C., oficial de ligação da polícia portuguesa em Angola, junho de 2014), bem como de outros aspectos como o fardamento, equipamento, etc.⁶ Em Angola para além desta tendência, conta-se ainda com um forte peso da necessidade de equiparação dos postos da polícia aos das Forças Armadas, associado à equiparação de estatutos e remunerações.

Replicação do modelo angolano

A formação em Angola, em geral, e a formação policial, em particular, encontram-se em franco crescimento. Na área policial existem atualmente o Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais *General Osvaldo de*

**Quadro 1 - Classes e patentes da PNA
Angola – 2014**

Oficiais comissários	Comissário-chefe ⁽¹⁾	Comissário	Subcomissário
Oficiais superiores	Superintendente-chefe	Superintendente	Intendente
Oficiais subalternos	Inspetor-chefe	Inspetor	Subinspector
Subchefes	1º Subchefe	2º Subchefe	3º Subchefe
Agentes	Agente de 1ª classe	Agente de 2ª classe	Agente

Fonte: Sá, 2013

(1) Equivalente a General.

Jesus Serra Van-Dúnem (ISCPC); o Instituto Médio de Ciências Policiais *Comandante Santana André Pitra, Petrof* (IMCP, Benguela); a Escola Nacional de Polícia de Ordem Pública (Enpop); a Escola Nacional de Polícia de Proteção e Intervenção (Enppi); e o Centro de Formação Regional Norte (CRN). Ou seja, “um sistema progressivo bastante completo, do Nzoji ao ISCPC” (A. L., diretor do ISCPC, abril de 2014).

O ISCPC, no âmbito de uma orientação muito específica de formação avançada da polícia angolana, foi criado com base num decreto presidencial (9/12, de 20 de Janeiro) “assinado pelo próprio presidente, o que mostra a sua importância” (M. F., oficial, maio de 2014), tendo entrado em funcionamento logo em 2012. Em 2013, 276 alunos (47 do sexo feminino) estavam inscritos no primeiro ano e

189 alunos (22 do sexo feminino), no segundo ano. Este último é o número de alunos que vão se graduar em 2015, os primeiros graduados em Angola desde sempre.

Entre os 114 docentes, 16 são expatriados. Progressivamente, o ISCPC vai integrando os melhores alunos como docentes do Instituto, prevendo-se que venha a financiar a sua formação de doutoramento e mestrado no exterior, com o objetivo de em alguns anos dispensar a cooperação internacional, que é ainda claramente predominante entre os docentes. Os docentes, civis e policiais, são selecionados de acordo com processo de análise de requisitos, de currículo, de entrevista e, finalmente, um teste de aula simulada. Como seria de prever, o ISCPC tem cooperações privilegiadas na docência com Cuba, Espanha e Portugal.

**Tabela 2 - Número de salas e formandos, segundo instituições de formação policial
Angola - 2014**

Instituição	Salas disponíveis	Formandos
Escola Nacional de Polícia de Ordem Pública	16	110
Escola Nacional de Polícia de Proteção e Intervenção	8 ⁽¹⁾	360
	8 ⁽²⁾	360
	0 ⁽³⁾	0
Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais (Luanda)	38	1.125
Instituto Médio de Ciências Policiais	16	468
Comando da Polícia de Cavalaria e Cinotécnica	1	ND
Centro de Formação Mártires do Môngua, Ambriz	4	ND
Centro Interno do CPIP	2	ND
Centro Polivalente Nzoji	20	ND

Fonte: DNRH/PN, 2014b.

(1) Sede. (2) Centro de Formação do Kikuxi. (3) Centro de Adestramento Especial.

MUDANÇA EM ANGOLA E MUDANÇA NA POLÍCIA

Com a paz, como referido, a polícia angolana começou a mudar, sobretudo por meio da integração de modelos e experiências alternativas, mais modernos e mais democráticos. “Houve indivíduos que trouxeram outra maneira de pensar a polícia” (F. B., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

A transformação dos modelos de trabalho policial encontra sustento nas mudanças no contexto sociopolítico angolano, embora essas mudanças, tal como é tendência em outros contextos similares (MARKS, 2002), não se processem de forma radical – ou seja, algumas respostas repressivas e violentas continuam a ser comuns.

Constata-se, de forma global, sem investigar de forma profunda os diversos quotidianos de trabalho policial em Angola, que a polícia angolana aparentemente se tornou mais tolerante e democrática em relação ao que era no contexto recente de guerra. Embora o ambiente legal e institucional seja mais favorável, estas mudanças ocorrem de acordo com uma conjugação de oportunidades e mudanças estruturais na polícia.

Por um lado, essa mudança concorre para uma imagem da polícia mais positiva, sobretudo com base no maior grau geral de formação dos efetivos. A imagem pública de suspeição da polícia é, contudo, difícil de transformar de forma rápida, sobretudo em relação à de trânsito e, por exemplo, em relação à polícia

que executa os despejos para a construção dos novos bairros em Luanda. Muitas memórias negativas persistem associadas à polícia, que no tempo da guerra fazia “limpezas” em determinados bairros:

As pessoas têm uma imagem negativa da polícia porque acham que não chega a tempo [às ocorrências], querem que a polícia esteja sempre presente (M. Inácio, maio de 2014). Houve muitos maus polícias que deixaram muitas marcas junto da comunidade. A imagem [ainda] é negativa (J. Franco, maio de 2014).

Apesar dessas heranças, assinalam-se mudanças, sendo consolidada uma nova imagem de profissionalismo, por exemplo com a condução e organização de grandes eventos, como campeonatos desportivos, reuniões internacionais, a visita do Papa, as eleições, entre outros, recorrendo-se a novos modelos de atuação e a novas técnicas. “A imagem da polícia em Luanda varia. Na Baixa, a população ainda confia um pouco mais, porque o policiamento de proximidade começou na Baixa. Na periferia têm algumas reticências” (M. P. J., oficial formada em Portugal, maio de 2014).

Esta transformação deve-se em grande parte à formação de oficiais em países que seguem modelos e métodos mais modernos de trabalho policial e ao aumento das exigências de habilitações literárias para a entrada nas forças policiais em geral. Nas escolas de polícia, de acordo com o regulamento atual, é exigida a formação mínima da 6ª classe, para o curso básico de polícia e da 12ª classe, para o curso de oficiais. Ainda, são feitas provas de admissão, sendo vários candidatos excluídos nos processos concursais.

Por outro lado, uma das experiências consideradas mais importantes por parte dos oficiais que estudaram em Portugal, por exemplo, foi a vivência num país democrático, com alternância política, sobretudo entre os alunos dos cursos anteriores a 2002, quando Angola ainda se encontrava em guerra. A experiência em Portugal, neste campo, difere substancialmente da experiência de formação em Cuba, que mantinha na altura um regime de orientação autoritária e militarizada. Para os oficiais angolanos, esta transformação da perspectiva sociopolítica, que indiretamente se iniciava no âmbito da formação num país democrático, é considerada uma das mais importantes mudanças em curso no plano institucional, com implicações para o trabalho policial.

Outra dimensão fundamental da transformação da polícia em Angola está relacionada com o modelo policial mais “democrático”, sustentado por políticas públicas de reforço da mudança institucional. Em termos da atuação, registra-se a tendência geral para a incorporação de métodos mais modernos: “A polícia hoje é mais ‘cerebral’ e menos rapel e ginástica” (M. Fonseca, abril de 2014). “Já emprega mais cientificidade na sua atuação” (O. Bernardo, maio de 2014). Atualmente a formação policial deve acompanhar a evolução da sociedade e da economia, já que “aumentam os crimes de colarinho branco e, com a maior atratividade do país devido ao seu crescimento, aumenta o número de estrangeiros, de imigração” (A. Chissuata, abril de 2014).

Contudo, apesar dessa orientação tendencial, a implementação efetiva destes modelos

ainda se depara com muitas dificuldades, não só formais e institucionais, mas sobretudo em termos do contexto social e cultural:

Falta ainda muita sensibilização da população, mais trabalho com a comunidade, mais trabalho com a comunicação social, mais programas educativos (A. Santana, abril de 2014).

A polícia tem uma função pedagógica, deve estar próximo do cidadão. Mas isso ainda requer muito trabalho para efetivamente ser feito em Angola (A. José, maio de 2014).

Por outro lado, o modelo carece de uma abordagem no sentido de melhor adaptação à realidade, de modo a se tornar eficaz em relação aos objetivos estabelecidos: “Uma das desvantagens do policiamento de proximidade em Angola é a possibilidade de as pessoas ‘conversarem’ muito, terem muita confiança” (J. F., oficial formado em Portugal, maio de 2014). Apesar das circunstâncias, a necessidade de um policiamento de proximidade, mais moderno, menos militarizado e menos autoritário é recorrentemente referida, nomeadamente entre os profissionais e no âmbito de reflexões acerca da sociedade angolana atual (VIRGÍLIO, 2010). Mesmo tendo em conta as interrogações quanto à implementação e ao desenvolvimento de novos modelos de atuação, ocorrem em Angola na atualidade transformações importantes nas políticas públicas. Prevê-se que, por um lado, elas concorram para a transformação da polícia nacional e, por outro, que potencializem a mudança de valores e atitudes já em curso entre os oficiais e mesmo entre os policiais mais bem formados. Estas mudanças no contexto concorrem, de certa forma, para o fortalecimento das in-

fluências trazidas da formação em Portugal e em outros países democráticos.

Como referido, os critérios de seleção passaram a ser mais exigentes em termos de formação. Além disso, verificou-se em 2014 um aumento muito significativo dos salários dos policiais – passando o mínimo de 30.000 ou 40.000 kwanzas para 95.000 – o que é visto como uma medida importante para a redução da corrupção. Finalmente, foi aprovado em fevereiro de 2014 um novo regulamento disciplinar, mais severo, mais punitivo. Estas medidas e a transformação que paulatinamente se opera na PNA devem-se em grande parte à elaboração e colocação em prática do Plano de Modernização e Desenvolvimento da Polícia Nacional (PMDPN, 2002-2012, em vigor), que foca na racionalização e otimização do funcionamento interno da Polícia Nacional; na elevação do nível de formação técnico-profissional (formação inicial e contínua) e cultural dos recursos humanos; na modernização técnica, logística e infraestrutural; na melhoria das condições sociais dos efetivos; na contenção da taxa de criminalidade; na contenção da sinistralidade rodoviária. “A partir de 2003 mudaram muito as condições de vida dos polícias, mudaram e muito, são muito melhores” (A. J., oficial formado em Portugal, maio de 2014). Estas medidas sustentam a maior responsabilização dos agentes e a elevação da função policial, embora permaneçam outras mudanças por operar: “Tem que se melhorar a atitude dos polícias em relação ao Estado; pensamos que como as coisas são do Estado não temos que cuidar, como com os carros. Mas isto deve mudar aos poucos nos próximos anos” (A. J., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

Finalmente, e ainda no plano das políticas públicas, a aposta na formação em Angola e o desenvolvimento das estruturas formativas e educacionais na área policial insere-se na e ao mesmo tempo concorre para a mudança social e profissional da polícia, sendo considerada uma das principais áreas para a mudança estrutural. Se atualmente muitos dos oficiais consideram que a formação superior do IS-CPC ainda tem muito que melhorar, ela revela já a existência de políticas e práticas voltadas para a modernização e melhoria das estruturas policiais no país, com perspectivas de sustentabilidade. Embora ainda se perspetive a manutenção das diferenças em termos da formação policial em Angola ou outros países, também se perspetiva uma alteração paulatina destas discrepâncias, com a melhoria da formação no país: “Vamos acabar por ter licenciados de primeira, os de Portugal, de segunda, os de Moçambique, e depois os de terceira, formados no ISCPs. Deve ter mais rigor e chumbar mesmo quem não merece passar. Deve haver mais esforço” (A. M. M., oficial formado em Portugal, maio de 2014).

CONCLUSÃO

A cooperação internacional na área da formação de oficiais é de longa data em Angola, envolvendo vários países ao longo dos anos e, de acordo com a história angolana recente, com influências de modelos mais e menos democráticos. A formação no exterior e a contratação de professores estrangeiros proporcionam contatos e intercâmbios não só técnicos mas também socio-culturais que, combinando-se com as mudanças ocorridas no país, colaboram para a transforma-

ção do modelo e das formas de atuação da polícia. Embora a tendência global, enunciada e recorrentemente referida, de transformação da polícia angolana constitua uma área de análise das diversas transformações em curso no país, verifica-se a necessidade de contextualizar e aprofundar o conhecimento sobre as particularidades regionais e locais, sobre a profundidade e os ritmos de transformação nos diversos contextos nacionais, urbanos e rurais. A transformação em si decorre de diversas combinações de influências internas e externas, locais e de âmbito nacional, que apresentam variações de acordo com os diferentes contextos de trabalho policial. As diversas influências internacionais favoreceram a construção de um modelo de polícia singular em Angola, combinando vários aspectos de outras realidades com os da realidade angolana e suas diversidades sociais, econômicas e políticas. Esta hibridização, moldada pelas mudanças ocorridas e a ocorrer no país ao longo das últimas décadas, entre as quais se destaca o final da guerra, traduz a reorientação sociopolítica do país. Ao mesmo tempo coloca a nação no contexto das transformações globais dos modelos de policiamento mais próximos do cidadão, de tendência democratizante, de progressivo reconhecimento e respeito pelos direitos humanos ou, pelo menos, da possibilidade do seu maior escrutínio por parte das populações. Conclui-se, contudo, que se esta transformação se deve sobretudo à integração de influências variadas por meio das aprendizagens internacionais, ela só se reforça e só se mostra sustentável com a elaboração de instrumentos e estruturas de suporte no plano de políticas públicas locais que favoreçam a sua consolidação.

1. *Projecto COPPP-LAB: Circulações de Polícias em Portugal, África Lusófona e Brasil, com apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/IVC-ANT/5314/2012) em execução durante 30 meses entre 2013 e 2015 no ICS-UL, coordenado por Susana Durão.*
2. *Para além de Angola, a pesquisa foi realizada em outros países africanos – São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique – e no Brasil.*
3. *A pesquisa teve lugar em Luanda em Abril e Maio de 2014, em articulação com o Comando Geral da PNA e com o ISCP, entidades a quem a investigadora muito agradece a colaboração. Colaborou na pesquisa de terreno a socióloga Gabriela Simas, a quem a autora muito agradece igualmente.*
4. *Fazem parte do Comando-Geral: a) Órgãos de Apoio Técnico; b) Órgãos de Apoio Instrumental; c) Órgãos de Apoio Consultivo; d) Órgãos Centrais; e) Órgãos Nacionais e Regionais. A polícia compreende duas áreas operacionais – Ordem Pública e Intervenção – possuindo diversos ramos de actividade policial. Os Comandos Provinciais incluem: a) Comandos de Divisões em Luanda e Comandos Municipais nas demais províncias; b) Esquadras Policiais; c) Postos Policiais.*
5. *Atualmente ocupado por Ambrásio de Lemos.*
6. *Angola, por exemplo, abastece-se de fardamentos em Portugal na medida em que é semelhante ao Europeu/internacional adotado por Angola. O mesmo acontece em relação à sinalização de trânsito.*

Referências bibliográficas

- AMMASSARI, S. **From Nation-Building to Entrepreneurship: The Impact of Élite Return Migrants in Côte d'Ivoire and Ghana.** *Population, Space and Place*, v. 10, n. 2, 2004, p. 133-154.
- APPADURAI, A. **Modernity at Large: cultural dimensions of globalization.** Delhi: Oxford University Press, 1996.
- BAGANHA, M. I. **The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends.** *International Migration*, v. 47, n. 3, 2009, p. 5-20.
- BAKER, B. **State and substate policing in Africa and the boundaries between them.** *Global Crime*, v. 13, n. 4, 2012, p. 276-292.
- BAYLEY, D. H. **Police Reform as Foreign Policy.** *Australian and New Zealand Journal of Criminology*, v. 38, n. 2, 2005, p. 206-215.
- BEINE, M.; DOCQUIER, F.; ODEN-DEFOORT, C. **A Panel Data Analysis of the Brain Gain.** *World Development*, v. 39, n. 4, 2011, p. 523-532.
- BOLLARD, A. et al. **Remittances and the Brain Drain Revisited: The microdata show that more educated migrants remit more.** *Policy Research Working Paper 5113.* Washington, DC: World Bank, 2009.
- CASTLES, S.; D. WISE (Eds.). **Migration and Development: perspectives from the south.** Geneva: International Organization for Migration, 2008.
- COSTA, A. B. **Formação de Quadros Superiores Moçambicanos em Portugal: trajetórias, identidades e redes sociais.** *Cadernos de Estudos Africanos*, v. 23, 2012, p. 131-160.
- _____.; FARIA, M. L. (Eds.). **Formação Superior e Desenvolvimento: estudantes universitários africanos em Portugal.** Lisboa: Almedina, 2012.
- DE HAAS, H. **Migration transitions: a theoretical and empirical inquiry into the developmental drivers of international migration.** *IMI Working Paper 24,* Oxford: International Migration Institute, University of Oxford, 2010.
- _____. **Migration and Development: a theoretical perspective.** *IMI Working Paper 9,* Oxford: International Migration Institute, University of Oxford, 2007.
- DI MARIA, C.; LAZAROVA, E. A. **Migration, Human Capital Formation, and Growth: An Empirical Investigation.** *World Development*, v. 40, n. 5, 2012, p. 938-955.
- DNRH/PN – **Direcção Nacional de Recursos Humanos da Polícia Nacional.** *Controlo dos Bolseiros da Polícia Nacional Licenciados em Ciências Policiais – Portugal.* Angola, Ministério do Interior, 2014a.
- DNRH/PN – **Direcção Nacional de Recursos Humanos da Polícia Nacional.** *Directiva Anual de Preparação e Formação das Forças Policiais.* Angola, Ministério do Interior, 2014b.
- FARIA, M. L. de. **Cooperação no Âmbito do Ensino Superior: ser estudante angolano em universidades portuguesas.** *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1, 2009, p. 45-63.
- FERGUSON, J. **Global Disconnect: abjection and the aftermath of modernism.** In: Geschiere, P.; Meyer, B.; and PELS, P. (Eds.). *Readings in Modernity in Africa.* Indiana University Press, Bloomington, IN, 2008. p. 8-16.
- FERREIRA, E. S.; LOPES, C. M.; MORTÁGUA, M. J. **A Diáspora Angolana em Portugal: caminhos de retorno.** Lisboa: Principia Editora, 2008.
- GALETTO, V. **Migration and Productive Investment: a conceptual framework.** In: Plaza, S.; Ratha, D. (Eds.). *Diaspora for Development in Africa.* Washington DC: The World Bank, 2011.
- GOVERNO DE ANGOLA. Decreto Presidencial 9/12, de 20 de Janeiro.

HILLS, A. **What Is Policeness? On Being Police in Somalia.** *British Journal of Criminology*, v. 54, n. 5, 2014a, p. 765-783.

_____. **Somalia works: Police development as state building.** *African Affairs*, v. 113, n. 450, 2014b, p. 88-107.

_____. **Policing a plurality of worlds: The Nigeria Police in metropolitan Kano.** *African Affairs*, v. 111, n. 442, 2012, p. 46-66.

_____. **The dialectic of police reform in Nigeria.** *The Journal of Modern African Studies*, v. 46, n. 2, 2008.

KOLSTAD, I.; WIIG, A. **Is it both what you know and who you know? Human capital, social capital and entrepreneurial success.** *Journal of International Development*, v. 25, n. 5, 2013, p. 626-639.

LE, T.; BODMAN, P. M. **Remittances or technological diffusion: which drives domestic gains from brain drain?** *Applied Economics*, v. 43, n. 18, 2011, p. 2277-2285.

MARKS, M. **New Methods, New Motives? Appraising Police Behavioral Change in a Post-Apartheid Police Unit.** *Journal of Asian and African Studies*, v. 37, n. 3-5, 2002, p. 318-352.

OLESEN, H. **Migration, Return, and Development: An Institutional Perspective.** *International Migration*, v. 40, n. 5, 2002, p. 125-150.

PLAZA, S.; RATHA, D. (Eds.). **Diaspora for Development in Africa.** Washington DC: The World Bank, 2011.

RATHA, D. et al. **Leveraging Migration for Africa Remittances, Skills, and Investments.** Washington, DC: World Bank, 2011.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Decreto-lei 25/97, de 31 de maio de 1997.

SÁ, J. M. A. **Origem e Evolução Cronológica da Polícia em Angola (1836-2013): o papel da polícia nacional na história de Angola.** Luanda: Norprint, 2013.

SKELDON, R. **Migration and development: a global perspective.** Longman: Essex, 1997.

SOLIMANO, A. **The International Mobility of Talent: types, causes and development impacts.** Oxford: Oxford University Press, 2008.

STARK, O.; HELMENSTEIN, C.; PRSKAWETZ, A. **A brain gain with a brain drain.** *Economics Letters*, v. 55, n. 2, 1997, p. 227-234.

TINAJERO, S. P. A. **Setting the Stage for Enhanced Development Impacts of Remittances in Angola: a study of migrant remittance flows to Angola from Portugal and South Africa, and their current use and impact on receiving households.** IAECAE/MIREX; IOM Lisboa; IOM Luanda; IOM Pretoria and Development Workshop, 2009.

URRY, J. **Mobilities.** Cambridge: Polity Press, 2007.

VIRGÍLIO, A. **Gestão e Organização das Forças de Segurança: a necessidade de um policiamento comunitário na sociedade angolana.** Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa, 2010.

Cooperação internacional e construção de um modelo original de polícia em Angola

Cristina Udelsmann Rodrigues

Resumen

Cooperación internacional y construcción de un modelo original de policía en Angola

La formación de oficiales de policía angoleños, en el ámbito de los diversos programas de cooperación en marcha en esta área, converge en la construcción de un modelo de policía original angoleño. El final de la guerra, asociado con el desarrollo de estructuras de formación en el país, así como con la elaboración de políticas públicas favorables al desarrollo de la policía nacional, conducen a la consolidación de un modelo híbrido, fruto de sus múltiples influencias. Este modelo, pese a todo, incorpora progresivamente orientaciones más democráticas. Este artículo analiza esas transformaciones teniendo como base datos recogidos en Angola en el marco de una investigación más dilatada sobre el contexto de la cooperación internacional en el área de la formación de oficiales.

Palabras clave: Policía Nacional de Angola. Cooperación internacional. Modelo de servicio policial.

Abstract

International cooperation and the development of a new police model in Angola

The training of Angolan police officers has been the focus of several international cooperation programs, and this has led to the development of a new police model in Angola. A hybrid police model, under the influence of multiple sources, evolved in this country as the war ended, new training infrastructure was created, and public policies fostering the development of a national police force were put into place. This model, furthermore, has been gradually becoming more democratic. This paper analyzes this shift towards more democratic principles. The data under analysis was gathered in Angola for a broader study on international cooperation initiatives for the training of Angolan police officers.

Keywords: Angola's National Police. International cooperation. Policing model.

Data de recebimento: 02/12/2014

Data de aprovação: 27/01/2015